

Dona Francisca Energética S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Dona Francisca Energética S.A.
Agudo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dona Francisca Energética S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Auditoria do período anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. Jardim Seguecio', written in a cursive style.

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS

Dona Francisca Energética S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		21	5	Fornecedores de produtos e serviços		1.680	1.439
Aplicações financeiras	3	3.325	12.320	Obrigações trabalhistas		161	217
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	6.234	6.234	Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	583	809
Créditos tributários	5	527	498	Impostos e contribuições a recolher		275	346
Outros ativos circulantes		197	259	Outros passivos circulantes		1.446	2.495
Total do ativo circulante		<u>10.304</u>	<u>19.316</u>	Total do passivo circulante		<u>4.145</u>	<u>5.306</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Outros ativos não circulantes		1.695	1.227	Provisão para passivos regulatórios e cíveis	11	662	591
Imobilizado	7	126.080	131.025	Programa de pesquisa e desenvolvimento	12	3.780	3.390
Total do ativo não circulante		<u>127.775</u>	<u>132.252</u>	Total do passivo não circulante		<u>4.442</u>	<u>3.981</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	8	67.200	67.200
				Reservas	8	62.292	75.076
						129.492	142.276
Total do ativo		<u>138.079</u>	<u>151.563</u>	Total do patrimônio líquido e passivo		<u>138.079</u>	<u>151.563</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	13	<u>70.052</u>	<u>70.208</u>
Custo de operação	14	<u>(28.258)</u>	<u>(33.826)</u>
Lucro bruto		<u>41.794</u>	<u>36.382</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas administrativas	14	(1.414)	(857)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	<u>(43)</u>	<u>609</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>40.337</u>	<u>36.134</u>
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1.131	1.843
Despesas financeiras		<u>(296)</u>	<u>(390)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>41.172</u>	<u>37.587</u>
Imposto de renda e contribuição social	6		
Corrente		(2.632)	(3.106)
Diferido		<u>-</u>	<u>(169)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>38.540</u>	<u>34.312</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	9	<u>0,058</u>	<u>0,052</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	<u>38.540</u>	<u>34.312</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>38.540</u></u>	<u><u>34.312</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Reservas</u>				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	67.200	13.440	59.324	-	139.964
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.312	34.312
Dividendos distribuídos	-	-	(32.000)	-	(32.000)
Reserva de Lucros	-	-	34.312	(34.312)	-
	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>61.636</u>	<u>-</u>	<u>142.276</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>61.636</u>	<u>-</u>	<u>142.276</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.540	38.540
Dividendos distribuídos	-	-	(51.324)	-	(51.324)
Reserva de Lucros	-	-	38.540	(38.540)	-
	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>48.852</u>	<u>-</u>	<u>129.492</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>48.852</u>	<u>-</u>	<u>129.492</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	38.540	34.312
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	4.733	4.803
Baixa de imobilizado	276	650
Provisão para passivos regulatórios e cíveis	71	94
Receita de juros de aplicações financeiras	(1.066)	(1.825)
Imposto de renda e contribuição social	2.632	3.106
Reversão de IR e CS diferidos	-	169
	<u>45.186</u>	<u>41.309</u>
Varição de ativos e passivos		
Diminuição (aumento) de contas a receber de clientes	-	(571)
Aumento (diminuição) de fornecedores	761	806
Diminuição (aumento) de outros ativos	(27)	2.821
Aumento (diminuição) de outros passivos	144	(1.259)
	<u>144</u>	<u>(1.259)</u>
Caixa gerado pelas operações	46.064	43.106
Pagamento imposto de renda e contribuição social	<u>(2.589)</u>	<u>(9.968)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.475	33.138
Resgate de aplicação financeira, líquido	7.929	175
Adições de imobilizado	<u>(64)</u>	<u>(1.315)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.865)	(1.140)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>(51.324)</u>	<u>(32.000)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(51.324)	(32.000)
Varição no saldo de caixa e equivalente de caixa	<u>16</u>	<u>(2)</u>
Saldo de caixa e equivalente de caixa		
no início do exercício	5	7
no final do exercício	21	5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como base de sua formação o edital de licitação da CEEE/SUG/UHEDF/96-6357 de 1996, onde a CEEE propõe participação para exploração do potencial Hidroelétrico de sua propriedade perante a ANNEL, tendo como objetivo: (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consórcio para exploração do contrato de concessão 188/98 emitido pela ANEEL; (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica; (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que estas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria sociedade.

O contrato de concessão nº 188/98 da ANEEL regula a exploração compartilhada do potencial hidroelétrico da Usina Dona Francisca, tem prazo de vigência de 35 anos, contados a partir da assinatura do contrato em 28 de Agosto de 1998.

A participação de cada consorciado ao longo da concessão segue conforme tabela abaixo:

Empresa	Quota (%)
Para os 10 primeiros anos de operação comercial (2001 a 2011)	
CEEE	5
DFESA	95
Do 11º até os 20º ano de operação comercial (2011 a 2021)	
CEEE	10
DFESA	90
Do 21º primeiros anos de operação comercial até o fim da concessão (2033)	
CEEE	15
DFESA	85

Na concessão 188/98 da ANEEL prevê que a líder do consórcio perante ao poder concedente é a CEEE, a mesma tem entre outras responsabilidades, registrar na CCEE a energia assegurada a DFESA conforme quotas de participação, independentes do balanço energético mensal, que pertence a CEEE com o ônus e o bônus do mesmo. A regulação das questões operacionais da Usina estão descritas no Contrato de Formação do Consórcio CEEE/9702955 celebrado entre DFESA e CEEE.

O custo de produção da Usina, tributos, encargos, ônus e ou obrigações legais da Usina são rateado aos consorciados proporcionalmente a sua participação na concessão, entre outros destacamos serviços de O&M, Compensação Financeira, Seguros, Vigilância, Materiais e ou Equipamentos de reposição, etc.

A Dona Francisca Energética S.A. foi constituída em 28 de agosto de 1998, a Usina entrou em operação em 5 de fevereiro de 2001. O prazo de concessão é de 35 anos a partir de 1998. A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada (MW médio):	78 MW
Energia Assegurada (Ano)	683.280MWH
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foram autorizadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2018.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados, forma arredondados para o milhar mais próximo.

c. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas por títulos para negociação, uma vez que o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e. Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes incluem os valores faturados referentes à energia fornecida exclusivamente para os sócios da Concessionária, respeitando os percentuais de participação de cada empresa e os valores definidos em contrato.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e são similares àquelas definidas pela agência regulatória.

Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, segundo interpretação da administração. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, amparada por opinião de seus assessores legais, entende que possui o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis ao final do prazo de concessão. Eventuais alterações na legislação pertinente serão acompanhadas e analisadas para avaliação de seus eventuais impactos, se algum, sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. *Redução ao valor recuperável de ativos*

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontado (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A administração não identificou *impairment* durante o exercício.

h. *Direitos e obrigações*

Atualizados nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

i. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% respectivamente. Sobre as demais receitas:

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;

10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. *Apuração do resultado do exercício*

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. Não existem outros resultados abrangentes no exercício.

As receitas de vendas de produtos e serviços são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Estes critérios são atingidos quando da entrega física dos produtos e serviço é feita ao cliente.

k. *Provisão para passivos regulatórios e cíveis*

A Companhia é parte envolvida em processos regulatórios e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, quanto na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota 11.

l. *Uso de estimativas*

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. As principais estimativas realizadas pela administração referem-se à provisão para passivos regulatórios e cíveis (Nota 11), efeitos tributários e cíveis (Nota 6) e definição da vida útil do imobilizado (Nota 7).

m. *Ativos financeiro*

Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem “Contas a receber de clientes partes relacionadas” e “Outras contas a receber”. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

n. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada no Brasil.

Para a Companhia, o impacto da adoção da nova norma, em 31 de dezembro de 2017 não representa montantes significativos sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

CPC 47 – Receita de contrato com clientes (IFRS 15)

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral.

A Companhia avaliou os impactos do novo pronunciamento e concluiu que não existem impactos relevantes.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu a referida interpretação no Brasil.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo

valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada não é permitida pela legislação brasileira. A administração está avaliando os potenciais impactos deste novo pronunciamento.

3 Aplicações financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Renda fixa - Fundo Paraopeba	3.325	12.320
	<u>3.325</u>	<u>12.320</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba. O Fundo é classificado como “Renda Fixa”, composto por papéis a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das Demonstrações Financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários – CDB e investimentos em valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4 Partes relacionadas

A Companhia realiza operações de venda e compra de energia elétrica, com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

2017	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.903	-	1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.557	-	132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.903	-	1.436
Empresas do Grupo Gerdau:	-		
Gerdau S.A	38.032	-	3.230
Gerdau Aços Longos S.A	-	(287)	(24)
Gerdau Previdência Privada	-	(30)	-
	<u>73.395</u>	<u>(317)</u>	<u>6.210</u>
Total partes relacionadas			
2016	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.949	-	1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.561	-	132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.949	-	1.436
Empresas do Grupo Gerdau:			

Gerdau S.A	38.136	-	3.229
Gerdau Aços Longos S.A	-	(277)	(23)
Gerdau Previdência Privada	-	(25)	-
	<u>73.595</u>	<u>(302)</u>	<u>6.210</u>
Total partes relacionadas			

Em abril de 2015 a Companhia através de novos contratos decidiu vender toda a sua energia assegurada para os sócios conforme sua participação societária. As condições de compras e vendas de energia são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, previstas em contrato.

5 Créditos tributários

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:		
Crédito PIS	94	88
Crédito COFINS	433	410
	<u>527</u>	<u>499</u>

6 Imposto de renda e contribuição social

Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

Com base nos montantes de receita bruta para todos os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação com a presunção de lucros.

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda		
Receita bruta de vendas	73.395	73.596
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%
Base de calculo	5.872	5.888
Alíquota de imposto de renda	15%	15%
Imposto de renda sobre vendas	881	883
Base de cálculo do adicional	5.632	5.648
Alíquota de imposto de renda	10%	10%
Imposto de renda sobre vendas	563	565
Acréscimos à base de calculo	1.164	2.538
* Rendimento aplicação financeira	1.066	1.825
* Receita Juros	33	43
* Juros recebidos MAE/CCEE	21	4
* Outras receitas operacionais	32	652
* Superávit plano de previdência	12	14
Alíquota combinada de imposto de renda	25%	25%
Imposto de renda sobre receita financeira	291	635
Imposto de renda devido	<u>1.735</u>	<u>2.083</u>
Contribuição Social	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de vendas	73.395	73.596

Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%
Base de cálculo CS- Receita bruta de vendas	8.807	8.832
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre venda	793	795
Acréscimos à base de calculo	1.164	2.538
* Rendimento aplicação financeira	1.066	1.825
* Receita juros	33	43
* Juros recebidos MAE/CCEE	21	4
* Superávit plano de previdência	32	652
* Outras receitas operacionais	12	14
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre receita financeira	105	228
Contribuição social devida	897	1.023

7 Imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações.	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Meio Ambiente	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2016	17.589	115.469	19	504	2.323	115	136.019
Adições	-	314	-	-	-	145	459
Baixas realizadas	-	-	-	(504)	-	(146)	(650)
Depreciações	-	(4.801)	-	-	-	(2)	(4.803)
Saldo em 31/12/2016	17.589	110.982	19	-	2.323	112	131.025
Custo total	17.589	183.131	39	-	2.323	190	203.272
Depreciação acumulada	-	(72.149)	(20)	-	-	(78)	(72.247)
Em 1º de janeiro de 2017	17.589	110.982	19	-	2.323	112	131.025
Adições	-	59	5	-	-	-	64
Baixas realizadas	(283)	-	7	-	-	-	(276)
Depreciações	-	(4.711)	-	-	-	(22)	(4.733)
Saldo em 31/12/2017	17.306	116.330	31	-	2.323	90	126.080
Custo total	17.306	183.190	44	-	2.323	190	203.053
Depreciação acumulada	-	(76.860)	(13)	-	-	(100)	(76.973)
Saldo Residual em 2017	17.306	106.330	31	-	2.323	90	126.080
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	-	-	6,25 a 14,29	

Conforme Orientação OCPC 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei Nº. 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto Nº. 2003, art.20.

A administração da Companhia analisou os efeitos desta Orientação e constatou juntamente com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão, desta forma decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com as estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e não pelo prazo de concessão.

8 Patrimônio líquido

Capital autorizado e subscrito

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 67.200 representado por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	Quantidade	%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	345.109.212	51,82
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>14.127.192</u>	<u>2,12</u>
	<u>666.000.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de dividendos. A Companhia já atingiu os 20% do capital social realizado, totalizando o valor de R\$ 13.440 em 2017.

Reserva de lucros

O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 48.852, onde R\$ 38.540 compete ao ano de 2017 e R\$ 10.839 correspondente aos lucros acumulados remanescentes do ano de 2016, à disposição da Assembleia Geral Ordinária que, segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei no. 6.404/76 deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício. A administração proporá à Assembleia a destinação deste valor.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado pela destinação da reserva legal.

Em 2016 a Companhia distribuiu R\$ 32.000 referente a dividendos aos sócios conforme sua participação na companhia correspondente ao saldo remanescente do ano de 2015. Devido ao regime de tributação pelo lucro presumido a partir deste ano não houve mais distribuição de juros sobre capital próprio.

No ano de 2017 a Companhia distribuiu R\$ 51.324, onde R\$ 27.324 refere-se ao saldo remanescente do ano de 2015 e R\$ 24.000 refere-se ao lucro de 2016, restando ainda para ser distribuído conforme disponibilidade de caixa o montante de R\$ 10.312 referente ao ano de 2016.

Conforme AGO de 27/04/2017, o saldo do valor dos dividendos será pago conforme a disponibilidade de caixa da companhia, inclusive ultrapassando o exercício de 2017.

Lucro remanescente de 2015	59.324
Distribuição dividendos no ano de 2016	<u>(32.000)</u>
Saldo a distribuir remanescente de 2015	27.324
Lucro líquido de 2016	<u>34.312</u>
Saldo reserva de lucros em 31/12/2016	61.636
Distribuição dividendos no ano de 2017	<u>(51.324)</u>
Saldo a distribuir remanescente em 2016	10.312
Lucro Líquido de 2017	<u>38.540</u>
Saldo reserva de lucros em 31/12/2017	48.852

9 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41, Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
	(Em milhares, exceto ações)	(Em milhares, exceto ações)
Numerador		
Lucro líquido disponível para acionistas	38.540	34.312
Denominador		
Ações em circulação	<u>666.000.000</u>	<u>666.000.000</u>
Lucro por ação (em R\$) - Básico e diluído	<u>0,058</u>	<u>0,052</u>

10 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- **Aplicações financeiras** - estão reconhecidas pelo seu valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e estão comentadas e apresentadas na Nota 03;

b. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

- **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.
- **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo para pagamentos de dividendos. Todas as modalidades de financiamento já foram liquidadas devido ao término do contrato.

11 Provisão para passivos regulatórios e cíveis

a. Causas Prováveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a passivos regulatórios e cíveis:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo cível	<u>662</u>	<u>591</u>
	<u>662</u>	<u>591</u>

A Companhia mantém em seu passivo não circulante o montante de R\$ 662 de contingências referente a processos cíveis de risco provável.

b. Causas Possíveis

A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 5,6 milhões. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

12 Programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo o percentual de 1,0% de sua Receita operacional líquida - ROL, com Programas de pesquisa e desenvolvimento conforme Lei N°. 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei N° 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: - 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; - 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e - 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira destes gastos pela SELIC.

	31/12/2017	31/12/2016
Pesquisa e desenvolvimento	3.780	3.390
	<u>3.780</u>	<u>3.390</u>

13 Receita líquida

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta - fornecimento energia elétrica	73.395	73.596
Impostos e contribuições sobre a receita	(2.679)	(2.686)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(664)	(702)
Receita líquida	<u>70.052</u>	<u>70.208</u>

14 Despesas por natureza

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas na demonstração de resultado:

Custo de operação	31/12/2017	31/12/2016
Custo operacional da usina	5.226	4.873
Compensação financeira	3.213	3.985
Depreciações	4.727	4.803
Uso da rede de transmissão	7.578	7.054
Serviços advocatícios	364	1.204
Manutenção usina	6.151	10.342
Outros custos	999	1.565
	<u>28.258</u>	<u>33.826</u>
Despesas administrativas	2017	2016
Despesas com pessoal	718	595
Baixa adto conta desapropriação	283	-
Outras despesas	413	262
	<u>1.414</u>	<u>857</u>

Outras receitas/despesas operacionais	31/12/2017	31/12/2016
ITR - Imposto territorial rural	43	43
Comissões CCEE		(652)
	<u>43</u>	<u>(609)</u>

15 Seguros

A Companhia mantém contrato de seguro com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio	Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros.	279.095	260.050
Lucro Cessante	Lucro cessante sobre a receita operacional líquida.	73.395	73.395

16 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas financeiras	<u>(296)</u>	<u>(390)</u>
Total despesas financeiras	<u>(296)</u>	<u>(390)</u>
Rendimento de aplicação financeira	1.066	1.825
Outras receitas financeiras	<u>65</u>	<u>18</u>
Total receitas financeiras	<u>1.131</u>	<u>1.843</u>
Resultado financeiro líquido	<u>835</u>	<u>1.453</u>